



DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO PRESIDENTE DO PSD,

RUI RIO

- Senhor Presidente do Congresso, companheiro Paulo Mota Pinto, permita-me que comece este discurso de encerramento por lhe expressar o meu gosto em continuarmos a tê-lo como Presidente.

Na sua pessoa cumprimento todos os militantes que acabam de tomar posse nos diversos órgãos nacionais do PSD. Estou certo de que vamos, em conjunto, dignificar o partido, servindo Portugal com todas as nossas capacidades e toda a nossa vontade.

Uma saudação, também, para os que agora cessaram as suas funções enquanto dirigentes nacionais, na sequência das eleições que, há pouco, realizámos. Em nome do Partido Social Democrata, a todos, o meu agradecimento.

- Cumprimento também todos os delegados e observadores, que nos deram a honra de aqui ter estado connosco durante os trabalhos deste, que é o principal órgão estatutário do PSD.

- Uma saudação especial para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e para o Senhor Presidente desta Junta de Freguesia.

Desde a nossa fundação que atribuímos ao poder local democrático uma importância crucial para o desenvolvimento do nosso País e para a melhoria da qualidade de vida de todos e cada um dos nossos cidadãos. Sempre fomos o partido das autonomias e do poder local e queremos continuar a sê-lo.

- Saúdo também todos os convidados que nos honram com a sua presença nesta sessão de encerramento do nosso 39º Congresso Nacional:

- Os representantes do Senhor Presidente da República, que cumprimento respeitosamente, e aos quais reafirmamos a nossa cooperação institucional no respeito pelos superiores interesses de Portugal.

- À Senhora Presidente da Associação Nacional de Municípios, recentemente eleita, damos os parabéns pela sua eleição e desejamos as maiores felicidades nas funções que agora está a iniciar.

- Um cumprimento ao senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias, com o meu público *agradecimento pelo importante trabalho de proximidade* que estas autarquias de menor escala prestam a tantas e tantos portugueses por esse território fora; desde os maiores centros urbanos até às aldeias mais isoladas do nosso País.

- Saúdo democraticamente todos os representantes dos partidos políticos, que aceitaram o nosso convite e que nos dão a honra da sua presença - o Partido Socialista, o PCP, o CDS, o PAN, o Partido Ecologista “Os Verdes”, a Iniciativa Liberal, o Livre, o PPM e o MPT.

Como tenho vindo a dizer, encaro como muito relevante, senão mesmo como decisivo para o futuro de Portugal, o diálogo entre partidos políticos.

A visão clubística, que trata adversários políticos quase como inimigos, não se coaduna com a forma como vejo a atividade partidária. Existimos todos para servir Portugal, apenas nos distinguimos na forma de o fazer. Pelo que defendo que sempre que o entendimento é possível, ele é, obviamente, preferível à discórdia e à mera tática partidária de curto prazo. Inventar diferenças para lá das que realmente existem, é um exercício inútil para quem coloca os interesses do País à frente dos do seu próprio partido.

- Cumprimento, também, o senhor Presidente do Conselho Económico e Social, bem como todos os parceiros sociais e demais associações aqui presentes.

Se o diálogo entre partidos é relevante, o **diálogo social tem igualmente, em democracia, um papel do máximo relevo. Ser-se social-democrata, é também fomentar o diálogo entre as diversas forças sociais**, procurando, sempre que possível, a via do consenso na construção de um País mais justo e mais desenvolvido.

- Os meus cumprimentos, também, aos Senhores Embaixadores e demais representantes diplomáticos de países amigos aqui presentes.

Portugal, com um percurso histórico de grande abertura ao mundo, não pode deixar de ser uma nação aberta, dialogante e disponível no quadro da política internacional.

Não é por acaso que nos podemos honrar de ter, ou de termos tido, portugueses em cargos tão relevantes como sejam a presidência da Comissão Europeia, a Secretaria-geral das Nações Unidas ou a Direção Geral da OIM.

Somos uma nação com uma vasta diáspora que atesta bem a nossa vocação universalista.

Independentemente de quem, em cada momento, governa Portugal, esta é a nossa marca cultural, que queremos preservar e, sempre que possível, intensificar por todo o mundo, mas com particular carinho no quadro da CPLP, por força das muitas afinidades que nos cumpre acarinhar.

- Finalmente, um merecido agradecimento aos nossos funcionários e colaboradores que trabalharam na organização de mais este Congresso. Muito obrigado pelo vosso esforço e dedicação.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

A 30 de janeiro, Portugal terá eleições legislativas antecipadas, por força do esgotamento de uma solução política de má memória.

De má memória, porque a sua principal marca identitária era a de uma permanente aposta no presente e a de um notório desprezo pela construção de um futuro melhor e mais sólido para o nosso País.

Governando, até ao início da pandemia, num período de assinalável crescimento económico na Europa e no mundo, o Governo da denominada geringonça optou sempre por distribuir tudo o que esse crescimento facultava.

Pior ainda, não contente com as folgas orçamentais dele decorrentes, resolveu aumentar significativamente a carga fiscal e reduzir o investimento público para níveis excecionalmente baixos.

A essa conjuntura muito favorável, juntaram-se os benefícios decorrentes da política monetária do Banco Central Europeu, o que permitiu uma brutal redução da fatura de juros da nossa dívida pública e um recebimento recorde de dividendos do Banco de Portugal, que, no seu conjunto, não andam longe dos 4.000 milhões de euros por ano.

Os larguíssimos milhares de milhões de euros que esta conjuntura permitiu pôr à disposição do Governo, foram, porém, todos delapidados com o claro objetivo do PS de conseguir obter a aprovação dos seus Orçamentos do Estado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Foram utilizados para distribuir, nunca para investir e criar riqueza, porque é essa a lógica socialista; agravada, nestes anos, por uma esquerda radical que ainda mais acentuou o tique imediatista do Partido Socialista.

Em lugar de realizar uma política de perfil estrutural e sustentável, capaz de preparar o nosso futuro, estes anos foram, assim, perdidos com resultados tão negativos que permitiram, inclusive, aos antigos países de leste aproximarem-se - e nalguns casos até ultrapassarem - o nosso nível de vida.

Longe vão os tempos em que Portugal conseguia aproximar-se, a passo seguro, dos níveis médios de vida da União Europeia.

Mergulhados em governações socialistas, fomos, primeiro, obrigados a chamar a Troika, para evitar a bancarrota a que essas governações tinham conduzido, e, agora, a desperdiçar um período de expansão económica, que, não tendo sido histórico, não deixou de ter sido mais uma oportunidade perdida na construção de um País mais próspero e mais competitivo.

É por isso que Portugal é dos países que recupera com menor vigor e rapidez da crise provocada pela pandemia. Como foi também por isso, que, em tempo de Covid-19, fomos dos países que menos apoiou as empresas e as pessoas. Foi assim, porque antes não houve a capacidade e a vontade política para robustecer a economia, em lugar de gastar e de esbanjar.

Não houve verbas com sentido estratégico para incrementar o investimento público, nem para apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, que são o grosso do tecido

empresarial português - mas não faltou dinheiro para o Novo Banco, para a TAP ou para perdões fiscais à EDP.

No caso do Novo Banco, os impostos dos portugueses foram-lhe obedientemente entregues, no modo e no momento que este entendeu, sem sequer ter havido, da parte de quem gere o dinheiro dos contribuintes, a preocupação de conferir as faturas que lhe foram sendo apresentadas, com base num contrato já negociado e celebrado pelos socialistas. Faturas com base em menos-valias, muitas delas de natureza imobiliária em período de forte crescimento dos preços de mercado.

O Governou pagou-as e não achou estranho. E, pelos vistos, a Justiça também nada parece encontrar de suspeito ou, pelo menos, de incomum em negócios suportados nos valores de um balanço que, para lá de auditado, serviu de suporte à venda do Novo Banco em 2017.

Não é por acaso que, depois, ouvimos constantemente o nosso povo dizer: “É este o País que temos!”. Porque, realmente, indigna qualquer um pagar tantos impostos, e depois ver a leviandade com que eles são usados e abusados por quem os recebe.

Depois de uma vida de mão estendida ao Orçamento do Estado, a TAP, é, também, um exemplo da gestão socialista, com largos milhões de euros dos portugueses nela despejados. O Governo reverteu a privatização mal tomou posse – antes ainda da crise causada pela pandemia – e, com esse ato, voltou a meter o Estado num buraco que parece não ter fundo.

Chegados aqui, tudo está pior. Já lá foram metidos mais de 2.000 milhões de euros nos últimos dois anos. Ainda falta meter mais sabe-se lá quanto, e o plano de viabilização, se assim se pode chamar, continua encalhado em Bruxelas, vindo agora o Governo dizer que pode não ser aprovado e que, depois de tanto dinheiro perdido, a TAP afinal pode fechar

Tudo mau! Pior, era difícil!

É má a solução de fechar a TAP, depois das avultadas verbas que lá foram enterradas. É má a solução de a manter, porque ainda falta lá meter muito mais dinheiro. E será má a situação do nosso país, se a Comissão Europeia vier a reprovar o plano que lhe foi apresentado pelo Governo.

Foi a isto que conduziu esta governação do PS, em geral, e deste Ministério das Infraestruturas, em particular.

Mas a carência de verbas que António Costa invoca, quando ouve as crescentes reivindicações e reclamações de tantos setores da nossa sociedade, também não foi razão suficiente para que este governo deixasse de perdoar mais de 100 milhões de euros de imposto de selo à EDP, apesar de o PS tanto propagar que tanto quer aos mais desfavorecidos.

Quem é forte, é assim mesmo que tem de fazer perante os socialistas: pedir, porque o PS dá. E receber, porque o PS discursa à esquerda, mas atua em sentido exatamente contrário do que diz.

É, aliás, como andou a fazer com a Europa nestes seus anos de governação. Em Bruxelas era casado com o rigor financeiro. Em Portugal vivia em união de facto com a geringonça.

É isto, que tem de acabar. Temos de ter apenas um discurso e um rumo certo. Temos de dizer a verdade aos portugueses. Temos de minorizar o marketing e de ser frontais, rigorosos e verdadeiros.

Em tudo isto, e muito mais, temos sempre a mesma marca. A marca da falta de rigor e do excesso de facilitismo, como uma identidade sempre presente nas governações socialistas ao longo dos tempos.

Não é por acaso, que este Governo teve sempre problemas no Ministério da Administração Interna.

É certo que o desempenho do Ministro Eduardo Cabrita foi absolutamente desastroso, como desastroso foi o prolongado e cúmplice apoio que o Primeiro-Ministro lhe deu durante tanto e tanto tempo. Mas já antes, a Ministra Constança Urbano de Sousa tinha tido notórias dificuldades em se adaptar a uma função que exige saber aplicar com bom senso o rigor, a autoridade e a disciplina.

Não pode haver complexos dessa natureza. A democracia não pode ser símbolo de facilitismo, e muito menos é ela incompatível com estes valores estruturantes da nossa sociedade. **Sem rigor, sem respeito pela lei e sem disciplina não há democracia; há sim, uma via para a anarquia.**

Temos de saber conciliar o valor da segurança com a liberdade individual e coletiva, promovendo, também nesta área, uma cultura de civismo e de respeito pelos direitos dos outros, tal como deve ser numa sociedade democraticamente madura.

É uma vergonha nacional a morte do cidadão ucraniano à guarda do SEF, mas é também motivo de grande preocupação a desorganização, a permissibilidade e a fraca operacionalidade para que o SEF foi lançado por este Governo – talvez já com a intenção de o extinguir.

Mais uma vez, a falta de rigor e a incapacidade para definir e gerir serviços públicos.

Uma incapacidade que, de braço dado com o facilitismo socialista, persiste em imperar no debilitado setor da Educação.

A política educativa nos últimos seis anos é o melhor exemplo do que não deve ser feito.

Nos primeiros quinze anos deste século, Portugal conseguiu adotar e dar continuidade a um conjunto de políticas que contribuíram para que os alunos portugueses tivessem obtido em 2015 os melhores resultados de sempre nos testes internacionais.

O Governo do PS, e particularmente a esquerda unida, tudo fizeram para mudar o que a muito custo se tinha conseguido.

Acabaram com as provas finais de ciclo, aligeiraram o currículo, definiram um perfil do aluno em que o conhecimento e a disciplina passaram a letra morta, desautorizaram os professores, desinvestiram na escola pública, desprezaram o ensino profissional, ignoraram a educação de infância. Ao contrário do que apregoam, agravaram as desigualdades educativas, e deixaram desprotegidos os setores mais desfavorecidos da nossa população, para os quais não há alternativa à escola pública.

Temos de reconhecer que é obra, conseguir tanto mal em tão pouco tempo.

Um bom sistema de ensino não se compadece com o complexo de que sofrem alguns Ministros, que, quando assumem o cargo, começam logo a desfazer a obra do seu antecessor, independentemente da qualidade que ela possa ter tido.

Infelizmente, a pandemia veio destapar o que estava escondido.

Quando se quis avaliar o impacto do confinamento nas aprendizagens, ninguém sabia ao certo o que terá sido mais afetado. Porquê? Porque não existiam sequer instrumentos de diagnóstico e de avaliação.

Inventaram um plano de recuperação. Carregaram-no com umas centenas de milhões de euros e fizeram crer que a chamada “bazuca” devolveria aos alunos o que não conseguiram aprender durante o confinamento. Chama-se a isto despejar dinheiro no problema.

Quiseram assegurar o ensino online a todos os alunos, mas nem sequer houve computadores a tempo, principalmente para os mais carenciados.

Quiseram alterar o currículo, mas acabaram como sempre no facilitismo, baixando os níveis de exigência.

Quiseram desenvolver as competências dos alunos, mas desvalorizaram o conhecimento.

Reduziram o número de alunos por turma, mas de forma tão atabalhoada, que agora se debatem com a falta de professores em alguns grupos de docência.

O legado deixado no setor da Educação é pesado, mas o PSD aqui está para transmitir um sinal de esperança e de ambição a alunos, pais e professores.

É essa ambição, e a nossa baixa taxa de natalidade, que nos faz eleger a educação de infância como uma prioridade para Portugal. Temos de lançar bem cedo os pilares do futuro; desde o berço ao jardim escola, da creche ao pré-escolar.

É necessário um aumento da oferta, especialmente nas áreas metropolitanas, bem como um claro apoio às famílias, de forma a proporcionar a todas as crianças as melhores oportunidades para um desenvolvimento saudável e equilibrado enquanto pessoas e, no futuro, como cidadãos e profissionais capazes e competentes.

Na pandemia, o Ministério da Educação falhou, mas não falhou a maioria dos professores, a quem devemos uma palavra sincera de reconhecimento pela difícil tarefa que tiveram e que, em parte, ainda têm.

Não é compreensível que a uma profissão tão decisiva para a formação das novas gerações, ou seja, para o futuro do país, não sejam conferidas a dignidade e as condições de trabalho que merece.

Um Governo do PSD terá de dar uma especial atenção aos professores, desde a sua formação inicial, até ao seu recrutamento e profissionalização. Temos de tornar a profissão mais atrativa para os jovens. Se não o conseguirmos, vamos enfrentar no futuro uma grave carência de professores.

Temos de ser criteriosos e exigentes na sua seleção, porque as escolas em geral e a escola pública em particular têm a obrigação de escolher os melhores para professores.

Considerá-los todos como iguais é, neste como em todos os demais setores da nossa sociedade, não só desvalorizar o mérito e a competência, como ignorar um elemento absolutamente decisivo para o sucesso, que é o brio profissional.

Só assim será possível devolver a dignidade a uma das profissões mais importantes e mais decisivas para a nossa sociedade.

Mas a falta de rigor e a gestão por impulsos são também marcas socialistas no setor da Saúde.

Portugal dispõe de um Serviço Nacional de Saúde há 42 anos.

Nos primeiros 15 anos, entre 1980 e 1995, governado principalmente pelo PSD, o país assistiu à fase de construção, desenvolvimento e consolidação do SNS.

Foi o tempo da integração dos centros de saúde no sistema e da construção de inúmeros hospitais públicos de norte a sul do país.

Nessa década e meia, alargou-se a cobertura assistencial dos portugueses e foi possível melhorar significativamente a generalidade dos indicadores de saúde.

Desde então para cá, ou seja, entre 1995 e 2021, o PSD apenas governou Portugal em dois períodos de crise: de 2002 a 2005 e entre 2011 e 2015.

Dito de outra forma, nos últimos 26 anos, o PSD governou o País apenas sete, e sempre em situação de crise herdada dos socialistas, enquanto o PS esteve no poder durante 19 anos.

Mas o que interessa, verdadeiramente, é o legado que o PS deixou na saúde das últimas duas vezes que governou o País. E esse legado é simples de lembrar.

Há dez anos, em 2011, o PS deixou um SNS em situação de pré-falência, com uma dívida a rondar os quatro mil milhões de euros e os hospitais sem crédito junto dos seus fornecedores.

Hoje, ao fim de seis anos de mais uma experiência socialista, o Serviço Nacional de Saúde está novamente fragilizado.

Falta planeamento, os hospitais têm fraca autonomia, o Governo destruiu as parcerias público-privadas - mesmo as que se revelavam vantajosas - e o serviço público é cada vez menos atrativo para os profissionais de saúde.

Como consequência desta política, o SNS não está, objetivamente, a dar resposta satisfatória às necessidades das pessoas.

Um milhão de portugueses não tem médico de família atribuído, apesar de o Primeiro-Ministro o ter prometido para 2017.

Mais de duzentos mil doentes aguardam por uma cirurgia; quantos deles há mais de um ano, senão mesmo há dois.

A situação de muitos hospitais é dramática, com urgências em rutura e com os doentes a acumularem-se nos corredores, com tempos de espera que chegam a superar as 12 horas.

Temos, hoje, um SNS mais ineficiente e, por isso, em muitas situações, mais desumano.

A taxa de mortalidade por causas não-Covid atingiu valores impensáveis para o nosso tempo.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, no primeiro ano de pandemia morreram no nosso País, por outras doenças que não a COVID, mais sete mil pessoas do que na média dos cinco anos anteriores.

Quantas vidas poderiam ter sido poupadas, se tivesse havido mais rigor, mais organização e mais planeamento!

O PSD, como partido personalista, não pode deixar o Serviço Nacional de Saúde à sua sorte, e, muito menos, seguir a mesma lógica da esquerda mais radical, que, proclamando querer salvá-lo, apenas tem contribuído para a sua degradação.

O SNS precisa de uma reforma que coloque verdadeiramente as pessoas em primeiro lugar. Uma reforma capaz de gerar melhores resultados em saúde e que, articulando-se com as iniciativas privada e social, consiga o necessário aumento da acessibilidade da população, sem perda da qualidade dos cuidados prestados.

Portugal precisa, também, de uma política de saúde que aposte mais na adoção de estilos de vida e de nutrição saudáveis e que atue para além da simples reação à doença - que assuma, estrategicamente, que a preservação da saúde e do bem-estar dos portugueses tem de ser o objetivo

fundamental de um verdadeiro Ministério da Saúde, ao contrário do que verdadeiramente sempre tivemos: um Ministério, que apesar de se chamar da saúde, na prática tem sido apenas da doença.

Mas se há, hoje, setor que assume uma importância estratégica absolutamente decisiva, em Portugal e no mundo, é, sem margem para dúvidas, o ambiente.

O combate às alterações climáticas é, neste momento da História da Humanidade, a principal batalha pela vida que o mundo, como um todo, enfrenta.

Sendo um problema de escala global, ele só poderá ser resolvido com uma ação concertada ao nível local. E essa responsabilidade cabe-nos a todos.

Portugal tem condições únicas para ser um País de referência em matéria de sustentabilidade ambiental e energética.

O sol, o vento, a floresta, os rios e o mar, que temos em quantidade, são todos eles, elementos fundamentais para a descarbonização que temos de prosseguir. Não nos falta competência científica e tecnológica em Universidades e Politécnicos de referência. Temos um tecido empresarial resiliente e inovador. E temos experiência, e até erros cometidos no passado, que nos podem colocar num patamar de elevada maturidade.

Em matéria de ambiente, o PSD tem um legado de que se orgulha. Quem não se lembra de Gonçalo Ribeiro Telles no Governo de Sá Carneiro, a colocar pela primeira vez na agenda política a questão do ordenamento do território, da biodiversidade e da conservação da natureza?

Quem não se recorda do nosso empenho contra a implantação de centrais nucleares, na autonomização e constituição do primeiro Ministério do Ambiente ou na criação da primeira Lei de Bases?

Tudo isto aconteceu quando alguns dos partidos que agora proclamam ser os donos da bandeira ambiental ainda nem sequer existiam.

Mas a experiência diz-nos que não podemos abordar esta questão de modo fundamentalista e precipitado.

Temos consciência que a sustentabilidade engloba também prioridades económicas e sociais. E neste contexto, os objetivos da neutralidade carbónica, da transição energética e da eletrificação da sociedade, devem ser motores de uma nova economia e elementos para a atração de novas fileiras industriais.

Os desafios ambientais não devem ser um obstáculo ao crescimento económico. Devem ser, sim, verdadeiros catalisadores para a geração de mais riqueza e para a concretização de uma economia mais robusta, mais competitiva e mais sustentável.

O Governo socialista falhou em aspetos relevantes da política ambiental, como seja o incumprimento das metas europeias para eficiência energética, para a separação de bio-resíduos, para a utilização dos biocombustíveis e para o fomento das próprias energias renováveis. Teve uma inércia incompreensível no dossier da concessão das redes de baixa tensão e, no âmbito do PRR, apresentou um investimento nulo para o combate à erosão costeira.

A nossa aposta tem de ser na concretização de um Plano Nacional descentralizado envolvendo todos os Municípios portugueses e premiando, em sede de transferências do Estado, o seu contributo para a neutralidade carbónica.

Temos que olhar para a nossa floresta não só sob o ponto de vista económico, mas também como um enorme pulmão verde capaz de sequestrar milhares de toneladas de CO2.

Temos de reduzir a circulação de automóveis com motor térmico nos centros urbanos e neles construir novos espaços verdes.

A economia circular tem de deixar de assentar nos slides apelativos dos PowerPoints, e dar origem a medidas concretas e a políticas públicas com recursos financeiros adequados.

Tal como em muitos outros setores da nossa vida nacional, temos, também neste, de ter a coragem de combater os interesses instalados, sempre que estes forem incompatíveis com o interesse público maioritário.

A grande mudança passa por uma descentralização da política energética e ambiental, dando a mesma importância e as mesmas condições a todos, e acabando com a proteção e o clima de monopólio que, há décadas, impera no nosso País.

Em matéria de defesa do clima, não há plano B.

Há, unicamente o objetivo de se atingir a neutralidade carbónica, a tempo de deixar às gerações futuras, no mínimo, as mesmas condições de vida de que, nós próprios, hoje dispomos.

É um imperativo ético que estamos obrigados a cumprir e cuja responsabilidade o PSD assume por inteiro.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores congressistas

Portugal precisa de um novo Governo.

Um Governo com uma política económica virada para o objetivo estratégico de conseguir mais e melhores empregos para os portugueses, e não de dificultar sistematicamente a tarefa das

empresas que criam riqueza. Com o objetivo de pagar melhores salários, num Portugal cujo salário médio é hoje dos mais baixos de toda a União Europeia e explica a razão pela qual continuamos a empurrar os nossos jovens para a emigração.

Para isso, temos de mudar a política económica, privilegiando o desenvolvimento tecnológico e criando condições (regulatórias, fiscais, financeiras e de infraestruturas) para o aumento da produtividade, e, conseqüentemente, dos salários.

Não é aceitável um País com a sua classe média sufocada em impostos e em que o seu salário de referência pouco se distingue do mínimo em vigor. Assim como também não é racional manter apoios sociais a quem os usa para se furtar ao trabalho e, dessa forma, condicionar a própria expansão empresarial que, cada vez mais, se lamenta da falta de mão de obra disponível.

Os apoios sociais são socialmente indispensáveis, mas apenas para quem deles verdadeiramente necessita, e não para quem os recebe indevidamente. Tem de haver uma fiscalização adequada para que possamos garantir, simultaneamente, justiça social e progresso económico.

No setor primário da nossa economia impõe-se reforçar o incentivo aos jovens agricultores, pois, a médio prazo, é absolutamente insustentável termos uma população agrícola com uma idade média de 65 anos e em que apenas 4% tem menos de 40 anos de idade.

Em síntese, precisamos de um novo Governo com coragem para levar a cabo as reformas que nos diversos setores da nossa vida coletiva se apresentam como necessárias.

Um novo Executivo que se distinga da governação socialista que, durante os últimos seis anos adiou o País, por subordinação às forças de esquerda mais extremistas e por uma confrangedora falta de coragem para enfrentar os reais problemas de Portugal.

Estamos prontos para assegurar a diferença. Somos um partido reformista. Não vamos, por isso, fazer nenhuma revolução, nem vamos destruir tudo o que os outros fizeram. Queremos apenas, de forma sensata, mas corajosa e realista, desenvolver o nosso País e voltar a trazer a esperança aos portugueses.

Somos um dos Países mais antigos da Europa e mesmo do mundo, com quase nove séculos de orgulhosa existência.

O nosso percurso histórico levou os portugueses e a sua língua a marcarem presença onde outros nunca conseguiram chegar.

Churchill dizia que um homem com convicção pode superar uma centena de outros que apenas têm opinião.

É essa convicção que queremos transmitir a todos os nossos compatriotas. A convicção de que este País, ancorado na sua secular existência, não pode estar condenado à estagnação, nem a ser um parente cada vez mais pobre da União Europeia.

Cumprir Portugal é, no futuro próximo, superar a estagnação e criar condições para a melhoria sustentada das condições de vida dos Portugueses.

Temos de acreditar que o Portugal do século XXI, pode voltar a ser grande. Tão grande quanto a dimensão da sua História.

=====

Prevalece a versão proferida